

**Instrumento Particular de 29ª
Alteração e Consolidação do Contrato
Social da Maida Infoway Tecnologia e
Gestão Em Saúde Ltda.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

- (i) **Maida Health Participações Societárias S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede de sua administração e foro na Avenida Heráclito Graça, nº 406, Centro, Fortaleza/CE, CEP 60.140-060, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 34.384.402/0001-59, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Ceará – JUCEC sob o NIRE 23300042697, neste ato representada por seus diretores, Sr. **Ney Paranaguá de Carvalho**, brasileiro, analista de sistemas, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 657.899.206-59, portador da cédula de identidade RG nº 518.079 SSP/PI, residente e domiciliado na Rua Gardênia, 919, Gran Maison, Bloco Versalhes, Apto 1300, Joquei, Teresina/PI, CEP 64.049-200 e Sr. **José Roberto Alves**, brasileiro, contador, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 056.288.538-28, portador da cédula de identidade RG nº 16.304.130 SSP/SP, com endereço profissional na Av. Presidente Dutra, nº 298, Imbiribeira, Recife/PE, CEP 51.190-515 (“**Maida Health**”);
- (ii) **BCBF Participações S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.276.528/0001-16, com sede na Avenida Paulista, nº 867, sala A, conjunto 81, 8º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01.311-100, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35300459466, neste ato representada por seus diretores, Sr. **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima**, brasileiro, médico, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF sob o nº 456.493.243-87, portador da cédula de identidade RG nº 90001006881 SSP-CE, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na rua João Lourenço, nº 463, apto. 61, bairro Vila Nova Conceição, CEP 04.508-030; Sr. **Luccas Augusto Nogueira Adib Antônio**, brasileiro, executivo, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 388.970.208-28, portador da cédula de identidade RG nº 46.436.174-6 SSP-SP, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 1.094, bairro Jardins, CEP 01.403-002; e Sr. **Igor Macêdo Facó**, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 542.097.493-20, portador da cédula de identidade RG nº 970024922-13 SSPDS-CE, residente e domiciliado no município de Fortaleza,

estado do Ceará, na rua Caio Cid, n.º 500, apto. 602-A, bairro Luciano Cavalcante, CEP 60.811-150 (“**BCBF**”), na condição de incorporadora e sucessora universal de, **Hapvida Participações em Tecnologia Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 13.672.462/0001-05, com sede na rua Dona Leopoldina, nº 1.150, Centro, Fortaleza/CE, CEP 60.110-000.

Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **Maida Infoway Tecnologia e Gestão Em Saúde Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.239.608/0001-36, com sede na Avenida Universitária, nº 750, salas 1910 e 1918, Fátima, Teresina/PI, CEP 64.049-494, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Piauí - JUCEPI sob o NIRE 22200168671 (“**Sociedade**”), resolvem, pela presente alteração do Contrato Social, modificar e consolidar as seguintes disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

1. Declarações Iniciais

- 1.1. No dia 01 de setembro de 2023, a antiga sócia **Hapvida Participações em Tecnologia Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 13.672.462/0001-05, com sede na rua Dona Leopoldina, nº 1.150, Centro, Fortaleza/CE, CEP 60.110-000 (“**Hapvida**”), foi incorporada pela **BCBF**, conforme ato registrado sob o n.º 6292404, devidamente arquivado na JUCEC, de modo que a **BCBF** sucedeu todos os direitos e obrigações anteriormente detidos pela **Hapvida**, incluindo, a participação societária nesta Sociedade.
- 1.2. Sendo assim, a **BCBF** é a atual sócia da Sociedade, titular de 1 (uma) quota da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) totalmente subscrita e integralizada.

2. Cessão e Transferência de Quotas

- 2.1. Por este instrumento particular e na melhor forma do direito, a sócia **BCBF**, neste momento retirando-se da Sociedade, cede e transfere, a título oneroso a única quota que detem na Sociedade, isto é, 1 (uma) quota, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), para **Maida Health**, sendo a referida transferência feita em caráter de expressa irrevogabilidade e irretratabilidade.
- 2.2. Em face da deliberação acima, **Maida Health** passa a ser a única sócia da Sociedade.

- 2.3. Em face da operação descrita acima, o capital da Sociedade totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional (Real), no valor total de R\$ 2.925.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), dividido em 2.925.000 (dois milhões, novecentas e vinte e cinco mil) quotas, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, é distribuído da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
Maida Health	2.925.000	2.925.000,00	100%
Total	2.925.000	2.925.000,00	100%

3. Administração

- 3.1. Ainda por este ato, resolvem a única sócia pela destituição dos diretores abaixo qualificados:

- (i) **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima**, brasileiro, médico, casado sob o regime de separação de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 456.493.243-87, portador da cédula de identidade RG nº 90001006881 SSP/CE, residente e domiciliado na Rua João Lourenço, nº 463, apto 61, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.508-030;
- (ii) **Maurício Fernandes Teixeira**, brasileiro, engenheiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.594.077-18, portador da cédula de identidade RG nº 10191281-4 IFP-RJ, residente e domiciliado na Rua Coronel Artur de Paula Ferreira, nº 132, apto 181, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.511-060; e
- (iii) **Gustavo Chaves Barros de Oliveira**, brasileiro, executivo, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.904.473-87, portador da cédula de identidade RG nº 2007002014082 SSP/CE, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 390, apto 100, Meireles, Fortaleza/CE, CEP 60.125-150.

- 3.2. Ato contínuo, a sócia decidiu pela alteração da estrutura da administração da Sociedade, para que passe a ser exercida por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) Diretor

Administrativo e 1 (um) Diretor Financeiro, com poderes para representação da Sociedade mediante a assinatura conjunta dos diretores.

3.3. Em razão da alteração acima, a sócia decide eleger como novos administradores da Sociedade, os diretores abaixo:

- (i) Eleger **Ney Paranaguá de Carvalho**, brasileiro, analista de sistemas, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 657.899.206-59, portador da cédula de identidade RG nº 518.079 SSP/PI, residente e domiciliado na Rua Gardênia, 919, Gran Maison, Bloco Versalhes, Apto 1300, Joquei, Teresina/PI, 64.049-200, para o cargo de **Diretor Administrativo**.
- (ii) Eleger **José Roberto Alves**, brasileiro, contador, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 056.288.538-28, portadora da cédula de identidade RG nº 16.304.130 SSP/SP, com endereço profissional sito na Av. Presidente Dutra, nº 298, Imbiribeira, Recife/PE, CEP: 51.190-515 , para o cargo de **Diretor Financeiro**.

3.4. Os administradores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

3.5. Em razão das alterações acima operadas, o Capítulo VI do Contrato Social da Sociedade, passa a vigorar com a redação abaixo, renumerando-se as cláusulas subsequentes:

***“Décima Segunda** – A administração da Sociedade será exercida por uma diretoria composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Administrativo e 1 (um) Diretor Financeiro, sócios ou não, eleitos e destituíveis pela sócia.*

***Parágrafo Primeiro** - O cargo de Diretor Administrativo será ocupado pelo Sr. Ney Paranaguá de Carvalho, brasileiro, analista de sistemas, casado, inscrito no CPF sob o nº 657.899.206-59, portador da cédula de identidade RG nº 518.079 SSP/PI, residente e domiciliado na rua Gardênia, 919, Gran Maison, Bloco Versalhes, Apto 1300, Joquei,*

Teresina/PI, 64.049-200; e o cargo de Diretor Financeiro será exercido pelo Sr. José Roberto Alves, brasileiro, contador, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 056.288.538-28, portador da cédula de identidade RG nº 16.304.130 SSP/SP, com endereço profissional na Av. Presidente Dutra, nº 298, Imbiribeira, Recife/PE, CEP 51.190-515.

Décima Terceira - *Os diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.*

Décima Quarta - *A Sociedade é representada pela assinatura conjunta dos Diretores, podendo cada um deles, por meio de procuração outorgada pela Sociedade, ser substituído por procurador, situação na qual a representação da Sociedade se dará pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e o procurador.*

Parágrafo Primeiro - *As procurações outorgadas pela Sociedade serão feitas na forma desta Cláusula e, a depender da matéria, deverão especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações de representação da Sociedade em processos judiciais e administrativos, todas as procurações outorgadas deverão ter prazo de validade máximo de 1 (um) ano.*

Décima Quinta – *A Diretoria tem os poderes e atribuições necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade, podendo deliberar a prática de todos e quaisquer atos de gestão e administração tendentes à realização dos fins sociais, inclusive e especialmente:*

- a) elaborar, organizar e executar os planos gerais de desenvolvimento e de orientação administrativa dos negócios;*
- b) observar e fazer cumprir este Contrato Social e as deliberações dos Sócios;*
- c) zelar pelo pontual pagamento dos tributos devidos pela Sociedade, determinando as providências necessárias a tanto;*
- d) representar a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do poder público;*

- e) *representar a Sociedade em litígios, ações judiciais ou administrativas da Sociedade;*
- f) *outorgar procurações, nos termos deste Contrato Social.*

Décima Sexta - *Caso sejam praticados quaisquer dos atos compreendidos neste capítulo, com inobservância das estritas regras proibitivas nele editadas, serão esses atos considerados absolutamente inválidos e ineficazes com respeito à Sociedade e, portanto, não a vincularão, porém obrigará, pessoal e ilimitadamente, a sócia ou quem infringi-la, sem prejuízo ainda das cominações legais aplicáveis à espécie.*

Décima Sétima - *O Diretor fica dispensado de prestar caução para o exercício de seu respectivo cargo.”*

(restante da página deliberadamente em branco)

MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA.

CNPJ 01.239.608/0001-36

NIRE 22200168671

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS

Primeira – A Sociedade girará sob a denominação social de **MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA.**

Parágrafo Único – Ao presente contrato social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), nos termos do parágrafo único, do artigo 1.053 do Código Civil.

Segunda – A Sociedade tem sede e foro no município de Teresina, estado do Piauí, na avenida Universitária, n.º 750, salas 1.910 e 1.918, bairro Fátima, CEP 64.049-494.

Terceira – A Sociedade poderá, por deliberação da sua diretoria, instalar, manter e extinguir filiais e escritórios ou exercer suas atividades em qualquer outro ponto do território nacional ou do exterior.

Quarta – A Sociedade possui as seguintes filiais:

- a) Filial localizada no município do Recife, estado do Pernambuco, na rua do Veiga, n.º 600, complemento: edifício Especial 0000, bairro Santo Amaro, CEP 50.040-110, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0002-17 e NIRE 26900493641;
- b) Filial localizada no município de Palmas, estado do Tocantins, na QUADRA ACSU NO10, avenida Joaquim Teotônio Segurado, S/N, complementos: sala 19, bairro Plano Diretor Norte, CEP 77.001-004, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0003-06 e NIRE 17900173429;
- c) Filial localizada no município de Maceió, estado de Alagoas, na rua José de

Alencar, n.º 86, complemento: loja 05, bairro do Farol, CEP 57.051-565, inscrita no CNPJ sob n.º 01.239.608/0006-40 e NIRE 27904805321;

- d) Filial localizada no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, na rua João Pessoa, n.º 267, complementos: sala 616, edif. Cidade de Natal, bairro Cidade Alta, CEP 59.025-902, inscrita no CNPJ sob n.º 01.239.608/0004-89 e NIRE 24900318511;
- e) Filial localizada no município de João Pessoa, estado da Paraíba, na avenida Presidente Epitácio Pessoa, n.º 01251, complemento: sala 01112, bairro Estados, CEP 58.030-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0005-60 e NIRE 25900267098;
- f) Filial localizada no município de Fortaleza, estado do Ceará, na avenida Santos Dumont, n.º 5.335, complemento: 11º andar, bairro Papicu, CEP 60.175-047, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0007-21 e NIRE 23900661622;
- g) Filial localizada no município de Aracaju, estado de Sergipe, na rua Pacatuba, n.º 254, complementos: sala 301, edif. Paulo Figuei, bairro Centro, CEP 49.010-150, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0008-02 e NIRE 28900196215;
- h) Filial localizada no município de Salvador, estado da Bahia, na avenida Professor Magalhães Neto, n.º 1.856, complemento: edifício TK Tower, salas 1501, 1502, 1503, 1504, bairro Pituba, CEP 41.810-012, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0010-27 e sob o NIRE 29901324862;
- i) Filial localizado no município de Goiânia, estado de Goiás, na avenida T63, n.º 984, salas 221 e 222, bairro Set Bueno, CEP 74.230-100, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0009-93 e NIRE 52901013342;
- j) Filial, localizada no município de São Luís, estado do Maranhão, na avenida Coronel Colares Moreira, n.º 3, complementos: edifício Business Center, sala 608, bairro Jardim Renascença, CEP 65.075-441, inscrita no CNPJ sob o n.º

01.239.608/0017-01e NIRE 21900585673;

- k) Filial localizada município de Macapá, estado do Amapá, na rua Manoel Eudócio Pereira, n.º 1.210, complementos: edifício The Office Araguay, sala 802, bairro Central, CEP 68.900-021, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0016-12 e NIRE 16900145882;
- l) Filial localizada município de Belém, estado do Pará, na travessa Almirante Wandenkolk, n.º 811, complementos: edif. Village Millenium, sala 601, bairro Nazaré, CEP 66.055-030, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0015-31 e NIRE15902008431;
- m) Filial localizada no município de Manaus, estado do Amazonas, na rua Belo Horizonte,n.º 93, bairro Adrianópolis, CEP 69.057-060, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0013-70 e NIRE 53920009712;
- n) Filial localizada município de Rio Branco, estado do Acre, na rua Francisco Mangabeira, n.º 253, complemento: lote Q L, bairro Bosque, CEP 69.900-688, inscritano CNPJ sob o n.º 01.239.608/0014-50 e NIRE 12920000959;
- o) Filial localizada no município de Boa Vista, estado de Roraima, na avenida SebastiãoDiniz, n.º 361, bairro Centro, CEP 69.301-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.239.608/0011-08 NIRE 14920000985;
- p) Filial localizada no Distrito Federal, na Q SCS Quadra 2, S/N, complementos: cond. Oscar Niemeyer, bloco D, número 3, sala 201, bairro Asa Sul, CEP 70.302-000, inscritano CNPJ sob o n.º 01.239.608/0018-84 e NIRE 53920009712; e
- q) Filial localizada no município de Porto Velho, estado de Rondônia, na rua Duque de Caxias, n.º 2.653, bairro Centro, CEP 76.801-126, inscrita no CNPJ sob on.º 01.239.608/0012-99 e NIRE 11900292791.

CAPÍTULO II – PRAZO E DURAÇÃO

Quinta – A duração da Sociedade será por tempo indeterminado na forma permitida pela legislação brasileira em vigor, tendo iniciado suas atividades em 22/05/1996, conforme registro do instrumento constitutivo na Junta Comercial.

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL

Sexta – A Sociedade tem por objetivo social: (i) atividades de apoio à gestão de saúde, como atividade principal; e (ii) atividades de teleatendimento; (iii) consultoria em tecnologia da informação; (iv) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (v) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (vi) auditoria e consultoria atuarial; (vii) atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária; (viii) fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; e (ix) atividade médica ambulatorial restrita a consultas, como atividades secundárias.

CAPÍTULO IV – DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Sétima – O capital social é de R\$ 2.925.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), dividido em 2.925.000 (duas milhões, novecentas e vinte e cinco mil) quotas, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme distribuídas a seguir:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
Maida Health	2.925.000	2.925.000,00	100%
Total	2.925.000	2.925.000,00	100%

Oitava – O capital poderá ser aumentado em quantas vezes se fizer necessário, mediante subscrição de partes novas, representada por dinheiro ou bens em espécie, ou pela conversão, em parte, das reservas, mediante a deliberação da unanimidade dos quotistas, na forma da cláusula vigésima quinta deste contrato.

Nona – Quando dos aumentos do capital social, a preferência para subscrição das quotas novas, será atribuída ao sócio na exata proporção da participação de cada um no capital da Sociedade.

Décima – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO V – DAS QUOTAS SOCIAIS

Décima Primeira – Entre os sócios as quotas são livremente transferíveis, não podendo, porém, os mesmos, cedê-las a terceiros, salvo consentimento expresso da unanimidade dos demais sócios, mediante deliberação em reunião de sócios, que, em igualdade de condições, terão a preferência para adquiri-las.

CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Décima Segunda - A administração da Sociedade será exercida por uma diretoria composta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) Diretor Administrativo e 1 (um) Diretor Financeiro, sócios ou não, eleitos e destituíveis pela sócia.

Parágrafo Primeiro - O cargo de Diretor Administrativo será ocupado pelo Sr. Ney Paraguaçu de Carvalho, brasileiro, analista de sistemas, casado, inscrito no CPF sob o nº 657.899.206-59, portador da cédula de identidade RG nº 518.079 SSP/PI, residente e domiciliado na rua Gardênia, 919, Gran Maison, Bloco Versalhes, Apto 1300, Joquei, Teresina/PI, 64.049-200; e o cargo de Diretor Financeiro será exercido pelo Sr. José Roberto Alves, brasileiro, contador, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 056.288.538-28, portador da cédula de identidade RG nº 16.304.130 SSP/SP, com endereço profissional na Av. Presidente Dutra, nº 298, Imbiribeira, Recife/PE, CEP 51.190-515.

Décima Terceira - Os diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Décima Quarta - A Sociedade é representada pela assinatura conjunta dos Diretores, podendo cada um deles, por meio de procuração outorgada pela Sociedade, ser substituído por procurador, situação na qual a representação da Sociedade se dará pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e o procurador.

Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela Sociedade serão feitas na forma desta Cláusula e, a depender da matéria, deverão especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações de representação da Sociedade em processos judiciais e administrativos, todas as procurações outorgadas deverão ter prazo de validade máximo de 1 (um) ano.

Décima Quinta – A Diretoria tem os poderes e atribuições necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade, podendo deliberar a prática de todos e quaisquer atos de gestão e administração tendentes à realização dos fins sociais, inclusive e especialmente:

- a) elaborar, organizar e executar os planos gerais de desenvolvimento e de orientação administrativa dos negócios;
- b) observar e fazer cumprir este Contrato Social e as deliberações dos Sócios;
- c) zelar pelo pontual pagamento dos tributos devidos pela Sociedade, determinando as providências necessárias a tanto;
- d) representar a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do poder público;
- e) representar a Sociedade em litígios, ações judiciais ou administrativas da Sociedade;
- f) outorgar procurações, nos termos deste Contrato Social.

Décima Sexta - Caso sejam praticados quaisquer dos atos compreendidos neste capítulo, com inobservância das estritas regras proibitivas nele editadas, serão esses atos considerados absolutamente inválidos e ineficazes com respeito à Sociedade e, portanto, não a vincularão, porém obrigará, pessoal e ilimitadamente, a sócia ou quem infringi-la, sem prejuízo ainda das cominações legais aplicáveis à espécie.

Décima Sétima - O Diretor fica dispensado de prestar caução para o exercício de seu respectivo cargo

CAPÍTULO VII – DO EXERCÍCIO SOCIAL

Décima Oitava – O exercício social terá seu início no dia 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano civil, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, o balanço patrimonial, o inventário físico dos bens do ativo, bem como o balanço de resultado econômico da Sociedade. Fica definido que 10% (dez por cento) do lucro líquido, pelo menos, será pago aos sócios a título de distribuição de lucros, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Sociedade, sendo que o valor seguirá a destinação que for acordada pela unanimidade dos sócios, devendo os prejuízos serem absorvidos pelos sócios na proporção das respectivas participações, nos termos do artigo 997, VII, do Código Civil Brasileiro.

Décima Nova – A Sociedade poderá, por deliberação da unanimidade dos sócios, na forma da cláusula vigésima sétima, levantar os balanços intermediários em qualquer época do ano, dando ao lucro apurado a destinação acordada pela unanimidade dos sócios.

CAPÍTULO VIII – DA CONTINUIDADE DA EMPRESA

Vigésima – A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, neste contrato ou por deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social, na forma da cláusula vigésima quinta, sendo a reunião de sócios o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante que deverá funcionar no período de liquidação.

Vigésima Primeira – A Sociedade não se dissolverá com a retirada, incapacidade, impedimento, exclusão, liquidação, recuperação judicial, falência ou morte de qualquer dos sócios, continuando com os sócios remanescentes, a menos que estes decidam liquidá-la.

Vigésima Segunda – No caso de morte ou ausência de qualquer sócio, as quotas do sócio morto ou ausente serão transferidas para o(s) seu(s) herdeiro(s) e sucessor(es).

Vigésima Terceira – Nas hipóteses de retirada, exclusão, interdição, impedimento, liquidação e falência de sócios, o preço médio das quotas, para fins de apuração de haveres, poderá ser apurado com base no valor do patrimônio líquido ou com base no valor econômico-financeiro da Sociedade determinado a partir de avaliação realizada por

uma das empresas de auditoria das chamadas “Big Four”, na forma definida no acordo firmado entre os sócios e devidamente arquivado na sede da Sociedade.

Vigésima Quarta – Caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas na cláusula anterior, será dada ciência aos demais quotistas, os quais terão o prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que for recebido o aviso, para manifestarem o direito de preferência na aquisição das quotas do sócio retirante, excluído, interdito, impedido, liquidado ou falido na proporção das que possuem na Sociedade.

Vigésima Quinta – Não se manifestando nenhum sócio dentro do prazo estabelecido na cláusula anterior, as quotas poderão ser alienadas a terceiros, ficando, entretanto, condicionada a cessão e transferência destas quotas a terceiros, após a prévia aprovação da admissão do interessado, cessionário na Sociedade, pelos sócios remanescentes.

Vigésima Sexta – Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, os ativos deverão ser utilizados para pagar todas as dívidas da Sociedade. No caso de haver ativo remanescente, este seguirá a destinação que lhe for dada por sócios representando a totalidade do capital social.

Vigésima Sétima – A exclusão de qualquer sócio é permitida mediante deliberação da totalidade dos demais sócios, em virtude de atos de inegável gravidade ou por motivos que constituam justa causa, demonstrado que tais motivos põem em risco a continuidade da empresa, alterando-se, para tanto, o contrato social.

Parágrafo Único – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocada para esse fim, para permitir o comparecimento do sócio a ser excluído e o exercício de seu direito de defesa.

CAPÍTULO IX – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Vigésima Oitava – As deliberações sociais serão adotadas mediante decisão favorável da unanimidade dos sócios, inclusive para qualquer alteração contratual, exclusão de sócios e nomeação/destituição de administradores.

Vigésima Nona – A Sociedade poderá, por deliberação dos sócios representantes da totalidade do capital social, ou seja, por decisão unânime, na forma da cláusula vigésima quinta, transformar-se em outro tipo societário, incorporar outras empresas e por elas ser incorporada, cindir-se total ou parcialmente, fundir-se com outras empresas, participar de outras sociedades seja como quotista ou acionista, inclusive por meio de “joint-venture”.

Trigésima – As deliberações sociais que não impliquem em alteração deste contrato social poderão ser aprovadas em reunião ou assembleia de sócios, respeitada a unanimidade estabelecida neste capítulo.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Trigésima Primeira – Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil Brasileiro e, supletivamente, pelos dispositivos da Lei das S.A.

Trigésima Segunda – Com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja e independentemente do domiciliado atual ou futuro dos contratantes, fica eleito o foro da comarca de Fortaleza, capital do estado do Ceará, como o único competente para processar e julgar quaisquer procedimentos que, direta ou indiretamente, decorram deste contrato social.

Trigésima Terceira – A Sociedade, os sócios e os administradores deverão observar e fazer cumprir eventuais acordos de quotistas que tiverem sido arquivados na sede da Sociedade, aplicando-se subsidiariamente, para todos os fins, o artigo 118 da Lei das S.A.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento via única, para todos os fins de direito.

Teresina/PI, 01 de fevereiro de 2024.

Sócia:

Maida Health Participações Societárias S.A.

Ney Paranaguá de Carvalho
Diretor Administrativo

Maida Health Participações Societárias S.A.

José Roberto Alves
Diretor Financeiro

Sócia Retirante:

BCBF Participações S.A.

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Diretor Presidente

BCBF Participações S.A.

Luccas Augusto Nogueira Adib Antônio
Diretor Vice-Presidente Financeiro

BCBF Participações S.A.

Igor Macêdo Facó
Diretor Vice-Presidente Jurídico

Diretores Eleitos:

Ney Paranaguá de Carvalho

José Roberto Alves

[página de assinaturas da 29ª Alteração do Contrato Social da Maida Infoway Tecnologia e Gestão Em Saúde Ltda., celebrado em 01 de fevereiro de 2024.]



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTAO EM SAUDE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05628853828	JOSE ROBERTO ALVES
38897020828	LUCCAS AUGUSTO NOGUEIRA ADIB ANTONIO
45649324387	JORGE FONTOURA PINHEIRO KOREN DE LIMA
54209749320	IGOR MACEDO FACO
65789920659	NEY PARANAGUA DE CARVALHO



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/05/2024 11:50 SOB N° 20230872352.
PROTOCOLO: 230872352 DE 12/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12407421001. CNPJ DA SEDE: 01239608000136.
NIRE: 22200168671. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/02/2024.
MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTAO EM SAUDE LTDA

MATEUS FRANCISCO SANTOS RUFINO VIEIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.piauidigital.pi.gov.br